

País retoma negociação com bancos credores para acerto de estoque

por Maria Clara R.M. do Prado de Brasília

O Brasil retoma hoje, em Tóquio, o contato com os bancos credores privados com a mensagem de que pretende chegar rapidamente a um acerto em torno do estoque da dívida de médio e longo prazos, calculado em US\$ 53 bilhões.

"Vamos passar a imagem muito clara de que queremos chegar a um acordo e isto é aplicado tanto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) como aos bancos credores, disse o negociador oficial da dívida com os bancos, Pedro Sampaio Malan, antes de embarcar para uma viagem de doze dias ao exterior. Aquela orientação ele recebeu diretamente do presidente da República, Fernando Collor de Mello.

Ele previu para este jornal que antes mesmo de estar concluído o processo de adesão do universo mínimo de 95% dos créditos ao acordo dos atrasados poderá dar início as negociações sobre o estoque da dívida com o comitê de bancos. Os exercícios sobre o prazo de reescalonamento e dos níveis de desconto não estão ainda fechados, mas Malan adiantou que quer explorar todas as possibilidades dos mecanismos de contingenciamento — vincula os pagamentos a determinados parâmetros, como o desempenho do PIB — na mesa de negociações.

"Vamos aproveitar esta viagem para apresentar as linhas gerais da segunda fase da negociação", disse ele, que, junto com embaixador Jório Dauster, partiu com a missão de vender o acordo sobre os juros atrasados de US\$ 7,9 bilhões, celebrado com o comitê de bancos no dia 8 de abril. A primeira etapa do acordo dos atrasados será cumprida hoje, com o desembolso da parcela inicial de US\$ 886 milhões, valor a que finalmente se chegou depois de identificada uma inadimplência de US\$ 1,7 bilhão de pagamentos que não foram feitos pelos mutuários do setor público, até dezembro passado. O Tesouro Nacional honrou os avais de 11,25% daquela pendência, dentro das regras negociadas com os credores.

O diretor da área internacional do Banco Central, Armínio Fraga Neto, participará da comitiva que, além de Tóquio, visitará Frankfurt, Paris, Londres e Nova York.

Fraga Neto está encarregado de colocar no papel os vários tipos de instrumento que o governo pretende oferecer aos bancos para conseguir o abatimento da dívida e um perfil moderado de pagamentos, compatível com a capacidade do País nos próximos anos. Esta viagem, portanto, tem também o objetivo de captar junto aos vários grupos de bancos credores do País sua inclinação por um ou outro tipo de instrumento financeiro dentro do menu de opções que o governo pretende apresentar no bojo da renegociação mais ampla.

LINHAS DE NEGOCIAÇÃO

O presidente Fernando Collor de Mello encarregou-se de traçar para Malan, em reunião com o ministro da Economia, Márcio Marques Moreira, as linhas que devem ser seguidas nas conversas com os bancos, nos próximos dias:

- O Brasil estará empenhado na busca de um esforço cooperativo para encontrar uma solução mutuamente satisfatória, sem confrontação com os credores. "Queremos chegar a um acordo com a brevidade possível", disse Malan, contrapondo que o tempo da negociação não deve se sobrepor à necessidade de se chegar a um entendimento em bases que possam ser cumpridas pelo País.

- Não é desejado fixar prazo para a conclusão das negociações com os bancos porque isto poderia gerar expectativas se a data não fosse cumprida.

- O País pretende desenvolver conversações com os bancos credores paralelamente às negociações com o FMI. A vinda da missão negociadora do FMI não foi ainda marcada, mas a expectativa é de que chegue ao País após o retorno da comitiva encabeçada por Malan, o que deve acontecer no dia 11 deste mês.

- O negociador vai enfatizar com os bancos credores



Pedro Malan

res, nesta viagem, a questão da composição da dívida externa brasileira — 90% no estoque de médio e longo prazos junto aos bancos é de responsabilidade do setor público — e tentar firmar o entendimento de que há um problema sério de restrição fiscal e que este é hoje o aspecto que mais contribui para limitar a capacidade de pagamento do País.

Para poder desempenhar bem o papel de persuasor com relação às limitações de ordem fiscal, ele acha que precisará estar participando do debate da política econômica interna. "O País não deve ter um discurso para o público externo e outro para o público interno", disse ele, na sexta-feira, em uma visita de cortesia ao presidente do Congresso Nacional, senador Mauro Benevides, e ao presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, Raimundo Lira.

Malan abraça o conceito mas observa que a capacidade de pagamento do País é dinâmica, e, portanto, o governo não pode trabalhar com números fixos e rígidos. A definição do que constitui efetivamente a capacidade de pagamento envolve; conforme colocou, dezenas de variáveis econômicas, além de estar sujeita aos feitos de situações sobre as quais o governo não tem controle, como, por exemplo, o comportamento das taxas de juro internacionais. Ele defende os chamados mecanismos de contingenciamento que permitem a celebração de acordos com cláusulas de recaptura — "recaptured clauses" —, a partir das

quais "passa a existir uma faixa da fronteira do plausível e evita o que ocorreu nos anos 80, quando as taxas de juro internacionais chegaram a patamares totalmente fora das possibilidades de pagamento do País".

PLANO BRADY

Malan também colocou sua discordância com algumas opiniões no sentido de que o Plano Brady não é flexível, e sim uma fórmula que já vem pronta sem margem para propostas mais criativas. Ele, na verdade, elogiou o que prefere chamar de iniciativa "Brady" pelo reconhecimento do governo dos Estados Unidos, pela primeira vez, em 10 de março de 1989, de que os países endividados não teriam condições de honrar seus compromissos se não houvesse redução no estoque de suas dívidas. A iniciativa, acredita ele, abriu espaço para novas oportunidades de acordo com os credores quando, por exemplo, sugere a concessão "waivers" — dispensas — de cumprimento das cláusulas de "sharing" (repartição) e de "negative pledge" (pleito negativo).

Aquelas cláusulas impedem um país de comprometer algum ativo seu com algum grupo de credor sem fazer o mesmo com os demais. A outra vantagem da iniciativa Brady, destacada por Malan, envolve a possibilidade de transformação da dívida velha em dívida nova em termos voluntários e sugere que os novos bônus tenham algum tipo de garantia e que os recursos do FMI, do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) possam ser usados para isto.

Com relação especificamente ao acordo do México, que se mirou nas sugestões do Plano Brady, Malan reconhece que a redução do "cash flow" (fluxo) de pagamentos daquele país aos bancos credores nos três primeiros anos de vigência até aqui foi relativamente pequena comparada ao estoque de US\$ 48,7 bilhões da dívida reescalonada. Com todas as possibilidades abertas pelo Plano Brady, o México conseguiu abater menos de US\$ 1 bilhão de seus pagamentos aos bancos por ano.